



ATUAÇÃO E POSSIBILIDADES PARA O NEABI DO IFAC - CAMPUS RIO BRANCO

ACTIONS AND POSSIBILITIES FOR THE CENTER FOR AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS STUDIES (NEABI), AT THE FEDERAL INSTITUTE OF ACRE, CAMPUS RIO BRANCO – BRAZIL

Alcilene Oliveira Alves¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir aspectos referente à implementação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ifac) entre 2017 a 2019, analisando metodologicamente sob a ótica qualitativa e pesquisa participante, como membro e coordenadora do núcleo, ressaltando a promoção de ações dentro do Instituto Federal do Acre (Ifac), Campus Rio Branco, que busca desenvolver atividades variadas que fomente a participação, inclusão e debate entre estudantes, pesquisadores e comunidades tradicionais, articulando servidores, alunos e ativistas de movimentos sociais e associações locais interessados na Educação para as Relações Étnico-Raciais, buscando a promoção da cidadania e erradicação da discriminação, no intuito de desenvolver ações de valorização cultural dos povos de matrizes afro-brasileiras e indígenas. Objetiva a concretização de atividades que favoreça a organização de debates sobre a discussão proposta pelas comunidades quanto o conhecimento e valorização da história e cultura, criando espaços de diálogo junto às comunidades locais e indígenas. Orientando a valorização e identificação afro-brasileira regional. O Neabi tem procurado junto aos pesquisadores e colaboradores discutir pesquisas de acordo com as demandas propostas pela Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. A partir das discussões, foi possível inserir junto ao calendário escolar as atividades do Neabi, nos meses referentes a abril indígena e ao novembro negro. Dentre as atividades destacamos as oficinas promovidas nas semanas para os diversos cursos do Campus, bem como conferências, minicursos e oficinas que permitam a reflexão e construção de diálogos no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Neabi. Lei 10.639/2003. Lei 11.645/2008. Afro-brasileiro. Educação das relações étnico-raciais.

ABSTRACT

The Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI), at the Federal Institute of Acre, Campus Rio Branco aims to develop several activities that encourage participation, inclusion and debate among students, researchers and traditional communities, articulating

¹ Doutora em Ensino de Biociências em Saúde pela Fundação Osvlado Cruz (FIOCRUZ), Mestre em Desenvolvimento Regional e Especialista em História Econômica e Social da Amazônia pela Universidade Federal do Acre pela Universidade Federal do Acre (UFAC), professora e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígena do Instituto Federal de educação do Acre (IFAC), Campus Rio Branco – E-mail: alcilene.alves@ifac.edu.br.



civil servants, students and activists from social movements and local associations interested in Education for ethnic racial relations, seeking to promote citizenship and eradicate discrimination, in order to develop actions of cultural valorization of peoples from Afro-Brazilian and indigenous backgrounds. It also aims to carry out activities that favor the organization of debates proposed by the communities regarding knowledge and appreciation of history and culture, creating opportunities for dialogue with local and indigenous communities as well as guiding the regional Afro-Brazilian valorization and identification. With the support of researchers and collaborators, NEABI has sought to discuss research possibilities according to the demands proposed by Law 10.639/2003 and 11.645/2008. From the discussions, it was possible to insert NEABI activities in the school calendar, especially in the months referring to indigenous April and black November. Among the activities, we highlight the workshops promoted for the various courses on the Campus, as well as conferences, short courses and workshops that allow reflection and the construction of dialogues in the school context.

KEYWORDS: NEABI. Law 10.639/2003. Law 11.645/2008. Afro-Brazilian. Education of ethnic-racial relations.

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), do Ministério da Educação (MEC), impulsionou a viabilização da organização de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi's) nos institutos, sendo a maioria constituída a partir de 2015, como o do Campus Rio Branco, criado pela da resolução nº 053/2015, na data de 05 de maio de 2015, voltado às ações afirmativas e em especial para a área do ensino sobre África, Literatura Africana, Cultura Negra e História do Negro no Brasil.

As ações promovidas pelos Neabi's possibilitam a articulação com as reivindicações e proposições de povos indígenas e de movimentos que discutem questões étnicas e identitárias, além de permitirem uma interpretação do contexto sociocultural em relação aos aspectos contemporâneos da causa afro-indígenas.

Dentre os objetivos que o Neabi representa estão referenciados o diálogo com as disciplinas, com docentes, discentes e comunidade, favorecendo a interdisciplinaridade e a construção do conhecimento através da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

Perspectivas organizadas pelos Neabi's são recentes, contudo iniciativas de pesquisa sobre discussão étnico-racial já existiam, destacando a Universidade Federal da



Bahia, ainda nos anos 1950-1960, através do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) que atualmente promove estudos sobre luta e resistência.

Diante dessa realidade o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (Neabi), do Campus Rio Branco, constituiu sua existência na perspectiva proposta pela Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 que estabelecem como obrigatória a temática de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica brasileira, nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas. As respectivas leis são frutos de um processo de luta e resistência, visto que, a Lei 11.645/08 alterou a Lei nº 9.394/96, que por sua vez havia sido modificada pela Lei nº 10.639/03, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Para melhor compreender o trabalho realizado pelo Núcleo, a pesquisa envolveu três questionamento junto aos membros do Neabi, destacando: 1) Quais as contribuições do Neabi para você enquanto membro e para a comunidade do IFAC, Campus Rio Branco?; 2) Quais as possibilidades para o futuro do Neabi do Campus Rio Branco?; 3) Quais ações futuras do Neabi Campus Rio Branco pode desenvolver?; 4) E qual a importância das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008?. Observando a recente atuação e o crescimento contínuo que o Núcleo vem passando, fortalecendo-se no campus através de ações de ensino, de extensão, carecendo ainda do avanço em pesquisa.

Para a realização desta avaliação, busca-se ressaltar ainda a importância da dimensão multicultural que envolve a comunidade do Campus Rio Branco e assim, buscar interpretar nossa leitura de mundo e postura quanto a identidade afro-indígena da sociedade acreana.

Analisando sob essa ótica, observam-se as dificuldades em falar de relações étnico-raciais no sentido em que o ensino assume uma postura dominante quanto aos saberes, privilegiando a visão eurocêntrica, presente na discussão de cultura, multiculturalismo e interculturalidade, subjacente as visões de mundo, modos de vida e costumes, implícitos nas relações de poder, nas ideologias de grupos e de classes.

De modo que o processo intercultural sobrepõe o domínio de uma cultura dominante, resultado de uma luta de classes, onde sempre busca identificar-se com o colonizador, no caso do europeu, do mestiço ao invés do indígena ou do negro, inserindo-se na lógica interpretada por Maclaren (2000) que destaca a visão da interculturalidade como



construção histórica e de classes. Acrescenta-se a isso a formação eurocêntrica dominante que permeia a formação dos professores.

Diversos conceitos sobre cultura e interculturalidade são apresentados na Educação, “podendo proporcionar possibilidades que retratam sentidos como “inclusão”, integração, respeito à diferença, diálogo e diversidade, entre outros” (ALVES, 2018, p. 10), envolvem tentativas de interpretação de trânsitos culturais, onde convivem forças opostas conflitantes.

Desse modo, buscamos entender a atuação e dinâmica e papel do Neabi que assume a dianteira das políticas educacionais em meio a diálogos diversos, conflitos e contradições da educação e de seu currículo.

2. O NEABI: LEGISLAÇÃO E RESISTÊNCIA

As políticas sociais e educacionais redundam de lutas construídas pela sociedade, tem sido assim, como luta de classes, de grupos e de setores que representam anseios, demandas e direitos. Primeiro o movimento organizado localmente, depois internacionalmente. No caso, das políticas afirmativas e das questões étnico-raciais, são implementadas por força de lei, destacando pelas conferências internacionais e nacionais, embora a constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) já apontassem a direção de uma educação étnico-racial no artigo 2010, citando as comunidades indígenas e o direito ao uso de sua língua materna, que define, “[...] § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, *assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*” (CF, art. 2010, 1988).

Todavia, alguns estados brasileiros já despontavam com pioneirismo quanto à legislação educacional no campo étnico-racial, promovendo sua inclusão no currículo, sendo importantes para a afirmação da implantação:

Juntam-se a preceitos analógicos os Art. 26 e 26 A da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art. 306), de Alagoas (Art. 253), assim como de Leis Orgânicas, tais como a de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182, VI), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII), além de leis ordinárias, como lei Municipal nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém, a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 9).



Contudo, verificou-se como um marco importante a conferência de Durban, na África do Sul em 2001. Essa conferência mundial discorreu sobre o racismo e a discriminação racial, xenofobia e “intolerância correlata²”, tornando-se referência para discutir as formas de intolerância, preconceito e racismo que ressurgiam com força no final do século XX e início do século XXI. Depois desta conferência, o Brasil sentiu a necessidade de promover políticas de ação afirmativa para a população negra e indígena (ALVES, 2002).

Nesse sentido, em 2004, o MEC elabora um documento orientador, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que sofre modificações em 2009 graças à complementação da discussão étnico-racial pela criação da Lei 11.645/08 que altera a LDB quanto ao artigo 26 que corrige a Lei de 9 de janeiro de 2003, incluindo no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008).

3. NEABI CAMPUS RIO BRANCO

Diante das políticas afirmativas, o Neabi do Campus Rio Branco tem o desafio de promover estudos, pesquisas visando discutir questões que afetam as populações afro-indígenas como, o preconceito, a discriminação, o racismo, de forma que entrelace o debate entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Assim, a construção da atuação do Neabi tem ocorrido na promoção de encontros, pesquisas e reflexões junto à comunidade, com maior ênfase nas ações que envolvem projetos, como a semanas do “Abril indígena” e do “Novembro Negro”, com a adesão e a participação de discentes na realização de debates, cursos, oficinas, seminários, conferências, simpósios, palestras, exposições de trabalhos e atividades artístico-culturais (arte, música, cinema, exposições artísticas entre outras).

Do mesmo modo, a participação dos docentes tem se ampliando, apesar dos diversos desafios ainda a serem vencidos como a necessidade de capacitação de docentes e seu envolvimento nos programas e projetos que possuem as temáticas étnico-raciais.

² Todo tipo de discriminação relacionada ou que derive desses tipos, como a homofobia: intolerância aos homossexuais.



Inicialmente, o Neabi possuía uma composição na qual, os participantes eram dos campos de conhecimento basicamente do núcleo de Humanas, enfocando as áreas Linguagens, História, filosofia, considerando ainda, profissionais de Ciências Sociais. Contudo, a partir de 2017, profissionais docentes de outras áreas, como matemática e artes, motivaram-se a colaborar com as atividades, neste contexto ainda, o Núcleo recebeu a inserção de técnicos e estudantes. O acréscimo de outras áreas favoreceu a construção de novos projetos, ampliando as perspectivas.

As novas possibilidades vêm contribuindo para o desenvolvimento de conteúdos curriculares e pesquisas, no objetivo de debater a política cultural e educacional dentro do espaço regional. Todavia, alguns desafios são apontados envolvendo a ampliação do trabalho junto aos cursos superiores e técnicos, parte relacionada a falta envolvimento tanto dos docentes das áreas técnicas superiores quanto dos discentes. Esta postura tem consonância com a resistência das áreas técnicas, mas também, a incipiente atividade de formação de professores, no sentido da educação das relações étnico raciais e a falta de planejamento das atividades curriculares.

3.1 Projetos e atividades promovidos pelo neabi

Ao longo de suas atividades tem desenvolvido diversos projetos e agregado outros, tendo professores, assistentes administrativos e estudantes envolvidos(as). Abaixo segue uma breve descrição de alguns dos projetos desenvolvidos:

- a) Projeto Capoeira – projeto de Extensão vinculado ao Neabi, que tem por objetivo promover a aproximação entre estudantes, servidores e a comunidade pelo respeito mútuo, aprimorado dos aspectos técnicos, táticos e teóricos inerentes à capoeira. O projeto é executado desde 2010 no campus Rio Branco e tem apoio do grupo Candeias (figura 1).



Figura 1 - Capoeira



Fonte: Acervo do autor

b) Povos indígenas e interculturalidade. O projeto visa discutir com a população indígena e do Campus Rio Branco, questões referentes à problemática indígena na Educação e meio ambiente. O projeto está em curso desde 2011. Tem contribuído com estudantes indígenas e lideranças (figura 2).

Figura 2 -
povos Indígenas -
possibilidades



Seminário
desafios e

Fonte: Acervo do autor

c) Novembro Negro. Desenvolvem várias atividades no sentido do debate e da valorização histórico-cultural (figura 3), como palestras, mesas temáticas, cinema, arte em pinturas, artesanato, saraus, gincanas temáticas (figura 4), oficinas de máscara, de bonecas



entre outros. Promove ainda a parceria com instituições que discutem e apoiam a causa afro-indígena.

Figura 3 - Sala temática, alunos do 1º ano “A” - Edificações



Fonte: Acervo do autor



Figura 4 - Gincana Temática

Fonte: Acervo do autor

Projeto Estabelecendo conexões com o passado Adinkra: representações culturais e conhecimentos africanos. Objetiva estabelecer conexões do passado com o presente, em uma dimensão histórica do negro como sujeito social, através da história dos símbolos africanos



(figura 5), confeccionados em diversos materiais, como camisetas, vasos e sacolas reaproveitáveis.

Figura 5 - Sacolas - símbolo africano Adinkra



Fonte: Acervo do autor

3.2 Contribuições do neabi: campus rio branco

As análises investigativas iniciam pela percepção dos membros do Núcleo, sobre suas contribuições, junto à comunidade do IFAC/Campus Rio Branco, destacando a relevância e reforço para a inserção no currículo da área de Ciências Humanas, visando à discussão de temáticas sobre combate ao preconceito, racismo e discriminação vivenciados pelas populações negras e indígenas no Brasil e no Acre.

Através do Núcleo, ocorreu a possibilidade de incremento de atividades que promovessem o debate quanto ao papel e atuação da escola e das disciplinas, enfatizando a relação *teoria e prática*, de modo que, os alunos passaram a visualizar realidades a partir de suas experiências que lhes permitiram conhecer e fazer a defesa de direitos, respeito e cidadania. Assim, destaca Ana Maria Meire da Silva, professora da área de Letras português do curso Integrado em Edificações, membro do NEABI em seu trabalho:

A gente fez um trabalho maravilhoso nestes dois últimos anos [menção ao Neabi], eu acho que a cada dia a gente pode conversar sobre esses temas, independente do Dia da Consciência Negra, do Dia do Índio. Quando a gente leva esses temas para a sala de aula muitas vezes, devido a preconceitos, alguns alunos não gostam muito. Mas, outros, se identificam, pois vivenciam os mesmos problemas de racismo e preconceitos. Então, aqueles alunos que passam por aqueles problemas, eles gostam



de escutar, porque ele vai saber se defender. Ele vai saber que é igual a todos os outros [...]. (SILVA, A. M. A., professora do Curso Integrado em Edificações. Entrevista concedida a autora, Rio Branco, 13 Jan. 2020.)

Seguindo a discussão proposta, um dos destaques apresentados na sala de aula, diz respeito a relação da discussão étnico-racial com a temática *direitos*, envolvendo aspectos socioeconômicos e valorização da cultura afro-indígena. Essa percepção de acordo com Ana M. Silva passou a ser uma importante referência de ponto de vista, tanto por professores quanto alunos que se veem como sujeitos de sua história, de modo que se propuseram a apresentar mesas temáticas, a partir de suas experiências que redundou em organização de projetos permanentes, afirmando que abaixo de organização de mesas temáticas

O grupo formado [por alunos] fez coisas maravilhosas: organizaram grupos de *Whatsapp* com debates, mudaram as cabeças sobre várias questões que envolvem negros e índios, apresentaram questões, se esforçaram muito. (SILVA, A. M. A., professora do Curso Integrado em Edificações. Entrevista concedida a autora, Rio Branco, 13 Jan. 2020.).

Esses alunos trouxeram uma contribuição para a construção do conhecimento e reescrita da história, a história vista a partir de suas próprias experiências, onde está presente o conflito trazido pelas concepções dominantes de poder, clarificado no formato ideológico monocultural que se torna visível quando exposto pelo sistema educacional. O enfoque observado desmistifica as vertentes dessa interpretação, que relativiza a definição de igualdade entre os diferentes grupos étnicos, considera todos os cidadãos e cidadãs possuidores das mesmas oportunidades, onde inexistente a desigualdade. Observando que essa é uma política assimilacionista que favorece a cultura hegemônica, sem mexer nas desigualdades. (CANDAUI, 2012).

Através do estudo, esses alunos apresentam e relatam o quão conflituoso se apresenta a realidade e a percepção clara sobre a sociedade brasileira. Essa visão tem sido apresentada e debatida de forma que a História do presente relaciona o passado como trajetória de vida dos sujeitos sociais que revisitam e descobrem e recontam a sua história. Isto é evidenciado pelo depoimento do aluno do Segundo ano do curso Integrado em Edificações em sua entrevista.

[...] as experiências com o Neabi, foram e são maravilhosas. É um prazer poder divulgar e debater sobre assuntos que geralmente são "guardados na gaveta", geralmente pela maioria. A partir da sala temática feita por alunos do Campus Rio Branco e auxiliada pelo Núcleo, por exemplo, conseguimos notar que ao final dessa atividade os palestrados saíram deixando de lado pensamentos e ideias que até então



eram repassados e impostos pela sociedade. (SILVA, A. F., aluno do segundo ano do Curso Integrado em Edificações/IFAC. Entrevista concedida à autora, Rio Branco, 13 Jan. 2020).

A interpretação apresentada pelo aluno contribui para a reflexão sobre o papel da educação, sobre a importância do currículo ser conectado com a realidade do aluno, sobre as proposições que não são esclarecidas, apresentadas no discurso do entrevistado que discorre sobre assuntos “guardados na gaveta”, problematizando questões de cunho históricos filosóficos, políticos e culturais.

A crítica reflete sobre as estruturas de poder e as confronta para reparar fatos históricos caracterizados pelo preconceito e exclusão. No que tange à educação, as políticas interculturais afetam vários aspectos da vida escolar que se traduzem em políticas e ações de inclusão sociocultural expressas na legislação e exigidas na prática docente.

A escola tornou-se responsável por promover os encontros e as interações entre diferentes grupos, a fim de transformar o preconceito, a submissão descabida e o racismo, presentes no debate sobre cotas raciais que vêm suscitando vários questionamentos. Dessa forma, favorecendo as discussões do entorno de suas comunidades.

Quando o debate é contextualizado colabora para a compreensão e o envolvimento maior dos alunos, contribuindo nessa perspectiva para que as disciplinas ganhe contornos que permitam o debate das questões étnicos raciais como defende a professora de história das turmas dos curso Integrado.

O Neabi tem possibilitado a toda comunidade do IFAC, ações voltadas à valorização da cultura negra e indígena, além da defesa dos direitos dessas populações. As ações desenvolvidas durante todo o ano têm oportunizado aos estudantes um envolvimento maior nas discussões propostas em sala de aula, conseguem ter um olhar mais crítico, como é o caso da discussão de cotas raciais (SILVA, F. A. S. Professora de história dos cursos Integrados em Edificações/IFAC. Entrevista concedida a autora, Rio Branco, 13 Jan. 2020.).

Outra importante contribuição atribuída ao trabalho do Núcleo no presente e para possibilidades de atuação futura reside na discussão do preconceito e reconhecimento da identidade afro-indígena, considerando importante para a instituição, como pode ser visto na citação a seguir que diz:

Sem dúvida, a presença do Neabi é extremamente importante para a nossa instituição. O Brasil é um país de maioria negra e que possui uma população indígena de quase um milhão de habitantes. Dessa forma, quando abordamos as



discussões étnico-raciais a intenção é a busca pela equidade racial no Brasil. O Neabi, juntamente com outras instituições, tem a missão de levantar a bandeira de defesa dessas populações, já que, ainda temos uma grande parcela de brasileiros, racistas e contrários a toda forma de compensação histórica, pelos séculos de escravidão africana e invasão das terras indígenas. SILVA, F. A. S., professora de história dos Cursos Integrados/IFAC. Entrevista concedida a autora, Rio Branco, 13 Jan. 2020).

Através do NEABI, as discussões assumem uma dimensão que auxilia e atua a educação através de ações coordenadas, permite a organização das demandas intersetoriais combinando atividades, pesquisa, ações e reflexões que vão além da sala de aula, representando perspectivas da comunidade envolvida.

Essa leitura, favoreceu a colaboração e participação de profissionais que atuam em outros espaços diferenciados da sala de aula, destacando a motivação na elaboração de projetos e estudos com a biblioteca da instituição, vem assumindo importância, promovendo a inserção do ambiente diferenciado à sala de aula. De acordo com o bibliotecário responsável foi possível desenvolver várias ações, que em suas palavras afirma que

No Neabi, desenvolvi outras atividades e/ou ações como: palestras, oficinas, mesas redondas e exposições temáticas durante os eventos “Abril indígena” e “mês da Consciência Negra. (OLIVEIRA, J. A. F., bibliotecário/IFAC. Entrevista concedida a autora em 13 jan. 2020).

Essa identificação, para o entrevistado, permite superar questões que o trabalho na instituição dificulta com barreiras por ser engessado, aproximando de perspectivas militantes, dando o enfoque mais político e humanístico aos debates, aproximando conteúdos com a realidade:

[...] a literatura pode sim, ser um instrumento de resistência de muitos grupos sociais ou até mesmo de aprendizagem acadêmica ou profissional, como construção de uma concepção de cultura brasileira, como espaço de diversidade cultural e tem um papel significativo na valorização ou reconstrução dos processos de identidade étnico-racial, principalmente, de grupos minoritários que ao longo da história foram desfavorecidos social e culturalmente. (OLIVEIRA, J. A. F., bibliotecário/IFAC. Entrevista concedida a autora em 13 jan. 2020).

Para este profissional a constituição do Neabi colaborou para que suscitasse novos questionamentos e interesses pela pesquisa e necessidade de ampliar o conhecimento teórico sobre o assunto.

Apesar disso e enquanto profissional da informação e pesquisador iniciante, observo ainda, uma carência nos conteúdos curriculares nas escolas, poucos servidores



preocupados com as questões étnico-raciais e a quase inexistência de acervos bibliográficos nessas áreas. Mesmo diante dessas e de outras situações, resolvi fazer uma pós-graduação em História e cultura afro-brasileira, também, ingressei no NEABI no ano de 2016 e permaneço até a presente data. Com essas vivências e aprendizagens, coordenei projetos de extensão no espaço da Biblioteca, como resultado, apresentei trabalhos em eventos científicos que estão disponíveis em anais de eventos. (OLIVEIRA, J. A. F., bibliotecário/IFAC. Entrevista concedida a autora em 13 jan. 2020).

Dessa forma, a contribuição que este Núcleo promove para a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”, ainda é exígua, mas aproxima-se de áreas pouco exploradas nos espaços acadêmicos, sendo uma discussão que caminha para a ampliação dentro do espaço acadêmico, com futuras pesquisas para que estas possam promover o debate com clareza, suscitando a defesa da cultura afro-brasileira e indígena.

4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO NEABI

A continuidade do Núcleo depende da ampliação das discussões e da pesquisa para que se fortaleça e, possa promover a extensão. Listando os desafios, apontamos quatro na seguinte ordem:

- A) O primeiro desafio - capacitação de servidores nas questões étnico-raciais, visto que, a implementação da legislação exige conhecimento, além da sensibilidade, pois temos uma exigência do currículo que é pouco compreendida por parte dos docentes que não veem como necessária à sua disciplina, visto que pertencem a áreas técnicas, não vislumbrando essa perspectiva. Essa é uma das preocupações apontada por um participante membro do Neabi, acreditando que a superação passa por reformular a discussão do currículo e as perspectivas de trabalho pela instituição para que assim possa ter continuidade ações e projetos voltados para a comunidade do Instituto.

Faltam planejamentos e ações eficazes durante todo o ano, e que sigam uma lógica de continuidade, para que não se repitam todos os anos os mesmos temas e ações. (CABRAL, J. L. Professor de História do Curso Técnico Integrado/IFAC, Entrevista concedida a autora em 13 jan. 2020).



- B) O segundo desafio - está diretamente relacionado ao pouco espaço destinado a inserção do Neabi na estrutura pedagógica dos IFAC, carecendo está presente nas jornadas pedagógicas que são momentos de reflexão sobre a prática docente para o enfrentamento teórico-prático do trabalho educativo dos docentes. Não temos alinhamento com o planejamento pedagógico do campus. Sendo as ações tratadas como algo a parte das atividades ditas normais da instituição.
- C) O terceiro desafio - no que tange as questões de cunho ideológico cultural educativo, no qual estão sedimentadas as concepções de educação e sua universalidade, proposta pela declaração dos direitos universais que vê todos como iguais com oportunidades iguais, sem verificar as diferenças.

Maior capacitação e envolvimento dos membros. Nem todos os membros participam das ações, alguns inclusive demonstram racismo, preconceito e discriminação. Muitas vezes disseminando conceitos de censo comum, elementos que muitas vezes são fruto de nosso trabalho para desconstrução junto aos docentes. (Professor de História do Curso Técnico Integrado, membro do Neabi)

Esta concepção é uma concepção multiculturalista dominante que (2012) ocorre também, a perspectiva do racismo estrutural que persiste em no nosso modelo educativo e ideológico. Muitos profissionais têm uma formação muito técnica, além das nuances ideológicas e culturais que se tornam barreiras para a construção dessa política.

- D) O quarto desafio - reside na captação de recurso, pois não existe uma linha de pesquisa na qual o Neabi possa se inserir, o financiamento depende de projetos individuais, ou a cargo de parcerias ou cotas entre os membros, dificultando inclusive a possibilidade de realização de pesquisas nos temas em que o Núcleo se dispõe a atuar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou apresentar os avanços dos trabalhos realizados pelo NEABI do IFAC, Campus Rio Branco, que se propõe, através dos projetos em andamento, construir um espaço dialógico no ambiente escolar, propondo ações curriculares no sentido da



ressignificação da realidade, transformando, desmistificando os preconceitos e o racismo estruturalmente, construído e propalado pela educação formal e pela sociedade, problematizando temáticas étnico-raciais e valorizando as influências africanas e indígenas na cultura brasileira.

Em função dessa atuação, observou-se que muitos estudantes, professores e técnicos têm buscado participar e colaborar com os projetos do Neabi, por sua identificação com a causa, pela valorização da população negra e indígena, colaborando para autoestima e autorreconhecimento.

É importante que o conhecimento produzido interfira de forma produtiva, desconstruindo a representação da população negra e indígena, diferindo do formato atual, em que está representado de forma subalterna, resultantes das relações de poder construídas historicamente. As iniciativas podem colaborar para a emancipação dos sujeitos.

O que antes parecia ser a negação de sua etnicidade, agora, e aos poucos, tornou-se afirmação de suas identidades. Sobre isso, vale lembrar que não foi uma autonegação, mas quase quatrocentos de escravidão no Brasil, onde o homem branco sempre se colocou como superior diante de pessoas que foram escravizadas.

Novas abordagens, ações, reconhecimentos de potencialidades tem surgido entre alunos, através de produção artística, cultural, social, política e intelectual, novos projetos estão sendo propostos, resultantes da troca de conhecimento e práticas vivenciadas. A prática pedagógica envolvendo projetos curriculares que incluem o direito a diferença, que se importem com a sociedade contribui para esclarecer e corrigir questões histórico sociais.

Muitos são os desafios, devido a diversidade dos profissionais, alunos e da realidade multifacetada do campus, porém, o crescimento da discussão favorece a perspectiva de transformação dos sujeitos envolvidos.

No entanto, muitos são os desafios, no cumprimento da implementação da legislação sobre educação das relações étnico-raciais, diante da resistência à formação de professores e, aos modelos do sistema de ensino, carecemos de maior produção intelectual sobre relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS



ALVES, A. O. **Interculturalidade e formação profissional de Agentes Indígenas de Saúde a partir da experiência do Alto Purus**. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde) -Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

ALVES, J. A. LINDGREN. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, Dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000200009>.

BRASIL. Ministério da Educação. altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF, 01 out. 2003. Disponível em: Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em 9 jan. 2020.

CANDAU, V M. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Jan. 2020.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

ENTREVISTAS

CABRAL, J. L. Professor de História do Curso Técnico Integrado/IFAC, Entrevistadora ALVES, A. O. Rio Branco, AC, 2020.

OLIVEIRA, J. A. F., bibliotecário/IFAC. Depoimento [Jan. 2020]. Entrevistadora ALVES, A. O. Rio Branco, AC, 2020.

SILVA, A. F. Aluno do segundo ano do curso integrado em edificações/Ifac, Depoimento [Jan. 2020]. Entrevistadora ALVES, A. O. Rio Branco, AC, 2020.

SILVA, A. M. A. Professora do Curso de Edificações – IFAC. Depoimento [Jan. 2020]. Entrevistadora: ALVES, A. O. Rio Branco, AC, 2020.

SILVA, F. A. S. Professora de História dos Cursos Integrados -IFAC, Depoimento [Jan. 2020]. Entrevistadora: ALVES, A. O. Rio Branco, AC, 2020.

Enviado em: 21/01/2020
Aprovado em: 02/06/2020